

A AÇÃO DO ESTADO NA ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DOS EQUIPAMENTOS URBANOS*

Sílvia Regina PEREIRA**

Resumo: Por meio dessa discussão inicial, procuramos, diante das leituras referentes ao Estado, entender o papel deste na estruturação dos equipamentos urbanos, com base no estudo em desenvolvimento que retrata a espacialização dos estabelecimentos comerciais e de serviços nos subcentros do Jardim Bongiovani e no do Conjunto Habitacional Ana Jacinta-Presidente Prudente-SP.

Palavras-chave: Estado; Espaço Urbano; Subcentro; Comércio; Serviços.

Resumen: Por medio de esta discusión inicial, tratamos, delante de las lecturas referentes al Estado, entender el papel de este en la estructuración de los equipamientos urbanos, con base en el estudio en desarrollo, que retrata la espacialización de los establecimientos comerciales y de servicios en los subcentros del Jardim Bongiovani y del Conjunto Habitacional Ana Jacinta-Presidente Prudente-SP.

Palabras llave: Estado; Espacio Urbano; Subcentro; Comercio; Servicios.

INTRODUÇÃO

O trabalho que ora apresentamos é uma síntese das idéias contidas no projeto que estamos desenvolvendo no curso de Mestrado em Geografia, intitulado "A territorialização dos equipamentos comerciais e de serviços do Jardim Bongiovani e Conjunto Habitacional Ana Jacinta-Presidente Prudente-SP¹, a partir do qual pretendo estabelecer algumas relações com as discussões realizadas junto à disciplina **História: Estado e Sociedade no Brasil**, procurando articulá-las, enfocando principalmente o papel do Estado na estruturação e apropriação do espaço urbano.

Em nosso estudo propomos uma compreensão da descentralização das atividades comerciais e de serviços e seus desdobramentos, observados no interior das diferentes cidades contemporâneas, com base na multiplicação das áreas centrais e materialização dos subcentros, que são resultantes do processo de reestruturação urbana. Esse processo proporciona um distanciamento cada vez maior entre área central e periferias², gerando diferentes espacializações dos equipamentos urbanos para atender a população, o que agrava e fortalece ainda mais as

* Trabalho referente às discussões realizadas junto à disciplina História: Estado e Sociedade no Brasil, ministrada pelo Professor Roberto Gonçalves Mello no Curso de Pós-Graduação em Geografia em nível de mestrado da FCT/UNESP de Presidente Prudente, em maio de 1999 e às idéias da pesquisa em desenvolvimento.

** Aluna do Curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente; bolsista FAPESP; e-mail para contato: silviarpereira@hotmail.com; silviarpereira@bol.com.br

O projeto citado tem a orientação da Professora Maria Encarnação Beltrão Sposito e é financiado pela FAPESP.

¹ Periferia no sentido de estar no em torno da área central. Não podemos esquecer que ultimamente, a periferia abriga não somente uma classe com baixo poder aquisitivo, mas também condomínios fechados ou bairros nos quais se concentram equipamentos sociais de alto poder aquisitivo, que procuram essas áreas para se distanciarem das aglomerações e congestionamentos no interior da cidade. Essa diversificação permite falar, atualmente, em "periferias" urbanas.

desigualdades socioespaciais no interior das urbes. Para o entendimento desse processo, verticalizamos nosso estudo nos subcentros comerciais e de serviços existentes em Bom Jardim e no Conjunto Habitacional Jacinta (ocupado por segmentos de alto poder aquisitivo) e no Conjunto Habitacional Jacinta (bairro com segmentos de baixo poder aquisitivo), sendo que estes se diferenciam pela diversidade e sofisticação funcional, clientela, distância e acessibilidade em relação ao modelo tradicional e meios de consumo.

Tais configurações espaciais estão permeadas por interesses econômicos ligados ao setor comercial e de serviços, mas atendem também aos interesses imobiliários, o que nos permite constatar a presença de diferentes relações com o Estado, atendendo algumas áreas e segmentos sociais que há no interior da cidade, contribuindo para agravando as disparidades socioespaciais. Desta forma vemos que o Estado, principalmente na esfera municipal, exerce grande influência na estruturação urbana, estabelecendo relações com alguns grupos, favorecendo a instalação de serviços, infra-estrutura e equipamentos urbanos que está intimamente aliado às decisões políticas e econômicas, atendendo certas áreas em detrimento de outras. Têm-se assim áreas periféricas (distantes dos serviços e equipamentos urbanos, geralmente localizados e concentrados na área central) que exigem grandes investimentos e são deixadas de lado por não receberem as "atenções" do Estado e do setor privado, por possuírem baixo poder aquisitivo e não ser, assim, consideradas interessantes para os investimentos, pois o potencial de mercado é o motivador dos investimentos.

Os textos discutidos em sala de aula nos propiciaram uma leitura acerca do papel do Estado. Cada autor enfocou elementos diferenciados, tendo como ponto comum o entendimento desse de acordo com diferentes contextos, sendo que procuramos sempre estabelecer relações com a configuração atual, não só numa escala mais ampla, como também em nível local. Buscaremos, assim, destacar as idéias de alguns autores trabalhados na disciplina, enfocando o Estado, bem como tentar discutir o que se entende por Estado, procurando estabelecer relações com o projeto de pesquisa em desenvolvimento no intuito de compreender a estruturação e a apropriação do espaço urbano, que são determinadas por relações, permeadas por interesses políticos, dos agentes que estão intimamente ligados a esse espaço.

Num primeiro momento apontaremos algumas idéias à respeito do Estado, entendendo-o como manifestação da contradição de classes, onde evidenciamos a leitura dos textos trabalhados, na tentativa de apreendê-lo, apesar desse texto ser apenas o início de uma discussão e entendimento que terá continuidade com o desenvolvimento da pesquisa, sendo, por isso, um exercício introdutório que busca expor as confusões que se tem com relação ao Estado, permitindo-nos, por meio de futuros aprofundamentos, rever e compreendê-lo um pouco mais, diante de sua complexidade. Tratamos neste texto do Estado, e também nos referimos em algumas passagens aos administradores públicos, ao governo, a esse na esfera municipal, onde evidenciaremos as referências e leituras que há, e que apesar de haver "recortes" de agentes e representações, não estão dissociados do geral. A dissociação acontece no sentido de não se compreender que ele é a própria contradição criada para e pela diferenciação das classes, e só mantém com a permanência desse choque de forças.

Enfocaremos posteriormente o processo de urbanização, elencando algumas das suas consequências diante da configuração espacial, que vai se redesenhando com o crescimento das atividades e da população, bem como a direção que se vai tomando segundo as decisões e interferências políticas. A partir daí trataremos da descentralização e da constituição dos subcentros como saída para as concentrações dos equipamentos, tratando das diferenciações segundo seus atrativos, especialmente com relação ao poder aquisitivo do segmento que os constitui, por ser um dos principais motivadores ou não de investimentos infra-estruturais.

Mais adiante faremos uma breve consideração a respeito da problemática da utilização não planejada do solo urbano, diante das decisões que se tem para serem cumpridas e da sua validade, que muitas vezes é anulada ou reconsiderada diante de interesses e benefícios concedidos a alguns por meio de alianças com o Estado. Finalmente tratamos da estruturação

... organização do espaço urbano, reforçando as idéias que se fazem presentes de maneira bastante evidente, ou seja as diferenças socioespaciais.

Com esse intuito, de apresentar as idéias e poder, a partir dessas, refazer o entendimento que se delineou nesse texto, para que possamos amadurecer e aprofundar nosso pensamento a cerca do assunto que nos propomos estudar.

ESTADO COMO RESULTADO DA OPOSIÇÃO DAS CLASSES

Ao tratar das desigualdades sociais, não podemos deixar de considerar a discussão que se realiza a respeito do Estado, na qual esse para ele:

"... é produto do antagonismo inconciliável de classes... aparece onde e na medida em que os antagonismos de classe não podem objetivamente ser conciliados." (1983, p. 9).

É importante destacar que o Estado muitas vezes é entendido e apresentado como um instrumento, como um órgão, como um instrumento, como o regedor, e essa apreensão se fortalece pela consciência da maioria da população, que não se vê como constituinte desse. Ou seja, delega o poder e aceita o que lhes é imposto por se sentir alheio a esse Estado. Essa indefinição se relaciona com a finalidade de manter alguns nas decisões que dizem respeito a todos, pois apesar de a população não poder determinar o que é e o que não é Estado, ela se sente submissa por não participar das decisões e, além disso, aceita que este é o regedor, vislumbrado-o somente na pessoa de alguns governantes.

Há uma personificação do Estado por parte da sociedade o que favorece a atuação dele em prol da classe dominante, pois ao se manifestar como exterior à sociedade, não é percebido na sua essência, ou seja, ele é a manifestação do próprio processo contraditório que caracteriza o sistema capitalista, onde se apresentam sinteticamente duas classes, as dos dominados e dos dominadores. É com esse sentido que ele existe e para a permanência dessa situação que os governantes com o capital estão unidos.

O Estado surge segundo Engels (1997) para perpetuar a divisão da sociedade em classes e também para assegurar o poder da classe possuidora de explorar a não possuidora e o domínio daquela sobre essa. Segundo ele:

"Essa força que sai da sociedade, ficando, porém por cima dela e dela se afastando cada vez mais é o Estado". (In: Lenin, 1983, p. 9)

O Estado além de dividir os indivíduos, como Engels nos retrata, ele também instituiu o poder público que compreende não só homens armados, como também elementos materiais, instituições coercivas de toda a espécie. Aqui vale salientar que além de não ser explícito para a maioria da população o que é e o que constitui o Estado, tem-se o poder público que nem sempre é bem definido, não havendo uma clara diferenciação entre esse e o poder privado. Como isso faz com que a população não cobre aquilo que lhe é de direito. Esse estará dissociado do Estado? Ou será que estão superpostos?

Com relação ao poder público, Engels retrata que os funcionários investidos desse poder são considerados como órgãos da sociedade são colocados acima desta. Essa leitura acaba por não representar a realidade, pois assim como o Estado, esse é apreendido de forma separada, e não como existentes pela e na sociedade. A falta de um reconhecimento do que é esse público e da sua constituição faz com que se acentue a contradição que permeiam esse sistema que não é resolvida, por não ser de seu interesse, a apreensão geral do mesmo, bem como do Estado que a situação está diretamente articulado, para que a situação de correspondência entre ambos permaneça e

se fortifique. Esse, muitas vezes, se superpõe à medida que se tem naquilo que é denominado serviços públicos, instituições governamentais, uma grande participação daqueles que não são o sistema (seus "componentes"). Podemos perceber contradições inerentes ao que se denomina serviço público à medida que somente alguns partilham desses, não havendo acesso igualitário entre os segmentos sociais, e menos ainda a tão sonhada equidade existir para um equilíbrio entre áreas, priorizando as mais carentes.

O Estado é tido para muitos como instrumento e representante de interesses particulares e segundo Bobbio (1982), que aborda o conceito de sociedade civil a partir do pensamento de Gramsci, esta instituição transitória está sujeita a desaparecer com a transformação da sociedade. Ele o considera como um aparelho coercitivo para conformar a massa popular, preocupando com um equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil, prevendo a primeira. Assim, para que haja o fim do Estado é preciso uma ampliação da sociedade civil e sua hegemonia até eliminar todo o espaço ocupado pela sociedade política, o que posteriormente implica a extinção da sociedade civil e conseqüentemente o fim do Estado.

No espaço urbano as diferenças espaciais existentes são decorrentes do atendimento à classe dominante recebe por parte do Estado, beneficiando as áreas onde residem e realizam seus investimentos. Não há uma preocupação em atender às necessidades da população e do poder aquisitivo que reside nas áreas distantes dos bens de consumo, com o intuito de proporcionar uma melhoria na qualidade de vida. O Estado segundo Lênin (1983), só existe pela diferença entre as classes, assim seu definhamento é imprescindível para a supressão das mesmas, o que favorecerá a eliminação das desigualdades sociais, que atualmente continuam fazendo parte de nosso cenário, se evidenciando na paisagem urbana.

Com relação a esse fato, Santos ressalta que:

"A paisagem urbana se estende muito mais depressa do que os recursos necessários para serem destinados a assegurar uma vida correta à população". (1990, p. 55)

Por meio das configurações espaciais e entendimento das relações de interesses que se permeiam, podemos compreender as diferenças sociais no espaço urbano. Com relação a essas diferenças, vemos que em Presidente Prudente a influência política do ex-presidente Agripino Lima teve grande preponderância na produção do espaço no subcentro do bairro Bongiovani, onde se encontra uma universidade particular (UNOESTE) que é de propriedade, favorecendo a melhoria dos equipamentos e infra-estrutura urbana. Isso motivou a instalação de comércio e serviços por parte dos agentes econômicos, visando atender e facilitar a vida da clientela "especial", composta por estudantes e moradores das áreas adjacentes. É explícita a utilização do poder político para beneficiar algumas áreas, o que permanece por não haver forte união das camadas populares que não são quase atendidas por esse poder que se amplia cada vez mais e menos a representa.

É preciso uma ampla difusão a respeito do Estado para que a população tenha conhecimento que esse é a manifestação maior do processo contraditório de dominação pelos dominadores, razão fundamental da existência e manutenção do sistema capitalista e que, apesar de ser visto como algo exterior à sociedade, ele é a representação do antagonismo e oposição entre as classes. Esse está em tudo, por isso não tem uma definição fechada e restrita, mas com certeza ele se sobressai no segmento tido como mais pujante. O seu definhamento, como aponta alguns autores e especialmente Lenin, é o que fará com que haja a supressão das classes e assim das desigualdades, vista de forma bastante nítida no espaço urbano.

esse segmento é o único representado efetivamente pelo Estado, que entendido como (apesar de não o ser é assim que a idéia desse se propaga) na verdade não media e sim representa uma facção.

A descentralização, como parte do processo de reestruturação interna das cidades contemporâneas, cria e recria espaços que se diferenciam pela presença de equipamentos urbanos, para atender a sua população. Os subcentros nesse sentido também se diferenciam pela sua diferenciação e configuração espacial baseada nos atrativos e influência da população determinada área, que, motivarão investimentos diferenciados do poder privado e o crescimento de serviços públicos.

O resultado dessa territorialização, que está aliada às decisões econômicas, se reflete nas condições de infra-estrutura, atividades comerciais, de serviços e equipamentos urbanos que contribuem para melhoria na qualidade de vida urbana da população. Diante dessa diferenciação e segmentação socioespacial existente no interior das cidades, provocadas pelo crescimento descontrolado e concentração de pessoas na cidade, o que se tem é uma grande transformação do espaço geográfico, acentuando o desequilíbrio entre ambiente natural e cultural (Silva, 1988).

Os subcentros comerciais e de serviços refletem e geram espaços beneficiados pelo maior ou menor número de equipamentos urbanos, diversidade funcional, propiciando assim uma melhoria na qualidade de vida da população, pois esses muitas vezes têm sua ocorrência determinada principalmente pelos efeitos positivos da área (McKeown, apud Santos, 1988), sendo que alguns bairros recebem serviços e melhorias urbanas em contraposição a outros que não se destaca e favorece.

Nesse sentido, faz-se necessária à análise, o entendimento e a reflexão acerca da produção do espaço no bairro Bongiovani, que tem como efeito positivo a presença de equipamentos urbanos e diversidade particular nas suas imediações e por ser um dos bairros de classe alta de Presidente Prudente, contrapondo-o à configuração e ordenamento espacial gerado no interior do Conjunto Habitacional Ana Jacinta, tomando como parâmetro a territorialização das atividades comerciais, de serviços e equipamentos urbanos em cada bairro, procurando entender a sua influência na qualidade de vida da população.

A descentralização ocorre de forma diferenciada, sendo que o Jardim Bongiovani não está tão distante do centro tradicional, como os subcentros do conjunto habitacional Ana Jacinta e do conjunto habitacional COHAB³, é mais bem servido por atividades comerciais e serviços, além de equipamentos urbanos adequados. Percebe-se que as atenções que se voltam para essa área em detrimento das mais precárias, são determinadas pelo poder aquisitivo da população. Nesse sentido, o estudo do Conjunto Habitacional Ana Jacinta nos fornece elementos totalmente divergentes, propiciando uma contraposição das realidades destes dois bairros. Será importante considerarmos as ações e manifestações dos representantes públicos municipais em relação aos bairros destacados, bem como as do poder econômico que tem o apoio do Estado para realizar as condições necessárias para seus investimentos, a partir dos quais eleger algumas áreas para se instalarem, o que não se encontra dissociado do potencial do mercado desses moradores.

Vemos então a importância de se verticalizar o estudo sobre os bairros e entender como ocorre a relação entre produção do espaço, o papel de seus agentes, e qualidade de vida proporcionada, de acordo com as condições materiais e estruturais dos bairros, compreendendo as ações e atenções do Estado diante das diferenças socioespaciais, para assim entender que de descentralização ocorre e o que essa possibilita a diferentes áreas.

Tal estudo se faz necessário dentro da ciência geográfica para que possamos identificar e compreender a produção e apropriação do espaço urbano, na relação homem/sociedade, entendendo assim a espacialização das infra-estruturas e serviços necessários à manutenção da vida, que dependendo dos determinantes e atrativos, fortalecerá e propiciará as segmentações socioespaciais, influenciando na qualidade de vida do cidadão. Diante das diferenças

³ Bairro localizado na cidade de Presidente Prudente-SP

esaciais, no intuito de relacioná-lo com a qualidade de vida é que se pretende desenvolver o trabalho, visando não só a identificação dos elementos do espaço, mas fundamentalmente a organização das realidades divergentes, entendendo a produção e apropriação do espaço bem como os resultados do processo de reestruturação interna das cidades, ou seja, os desdobramentos, descentralização e ocorrência de subcentros e como o Estado se manifesta em relação desse, diante das segregações espaciais existentes, com base nos equipamentos e estruturas estruturais.

DESCENTRALIZAÇÃO E SUBCENTROS: DIFERENTES CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Algumas áreas muitas vezes recebem apenas a infra-estrutura básica (asfalto, rede de água e rede de esgoto, rede de luz), não sendo beneficiados com outros investimentos e equipamentos urbanos como praças, arborização, coleta de lixo constante, mas à medida que se desenvolve o comércio e serviços, os agentes econômicos acabam por pressionar o Estado a melhorar ou melhorar os aspectos que possam estar diretamente relacionados com os seus investimentos, desde que sejam essenciais.

Faz-se necessário ressaltar o processo de reestruturação do espaço interno das cidades, com a consequência das diferentes dinâmicas em curso nas cidades contemporâneas. Por meio desse processo, tem-se inúmeros rearranjos espaciais que segundo Sposito (1996), se encontram diretamente relacionados a:

- mudanças no papel e na estrutura do centro principal ou tradicional, determinadas pelas novas localizações comerciais e de serviços, favorecendo assim a redefinição do centro, da periferia e das suas relações;
- mudanças na estrutura interna das cidades e na relação entre uma rede, propiciadas pela rapidez das transformações econômicas, com a passagem do sistema produtivo fordista para as formas de produção flexíveis;
- redefinição da centralidade que ganha novas dinâmicas, deixando de ser uma ocorrência particular das metrópoles alcançado as médias e até pequenas cidades;
- difusão do uso do automóvel, favorecendo e facilitando os deslocamentos internos atrelados ao aumento do tempo destinado ao lazer.

Tais dinâmicas estão intimamente relacionadas com os novos e constantes arranjos territoriais no interior das cidades, tais como os desdobramentos de áreas comerciais em vias de circulação e ocorrência de subcentros. Mas não podemos deixar de lado as especificidades que irão predominar ou pelo menos permear cada cidade, de acordo com cada configuração socioespacial e conjuntura econômica.

O resultado desse processo é a ocorrência de subcentros, como saída para atender as necessidades da população que, com a expansão da malha urbana, vai residir nas áreas periféricas, se distanciando da área central e conseqüentemente dos equipamentos urbanos, recebendo em muitos casos apenas a infra-estrutura básica para a manutenção das condições de vida. Nessas áreas, costuma-se instalar conjuntos habitacionais que abrigam grande contingente

populacional e demandam serviços públicos para suprir as suas necessidades, de modo que sejam obrigados a constantes deslocamentos entre sua residência e área central.

A instalação de serviços, infra-estrutura e equipamentos urbanos estão intimamente aliados às decisões políticas e econômicas, que vão atender certas áreas em detrimento de outras, evidenciando as configurações territoriais das cidades que são pautadas no poder e no controle político, havendo a ocorrência de áreas menos atendidas e áreas bem mais servidas com equipamentos urbanos para atender os interesses e necessidades de seus moradores. Esse fenômeno encontra também em algumas áreas periféricas que possuem uma outra conotação, ou seja, condomínios fechados, bairros de classe alta que, em muitas cidades, vão se localizar em áreas para se afastarem da aglomeração e popularização das áreas centrais, recebendo a melhor infra-estrutura, sendo que esses se constituem como mercado potencial para os investimentos dos agentes econômicos. Tem-se, assim, a presença de diferenças espaciais e sociais, isso também ocorre nas periferias que recebem alguns adjetivos que as caracterizam com base na sua constituição e composição estrutural, ou seja, periferias pobres ou periferias ricas.

As diferenças são ressaltadas com uma breve comparação entre as áreas comerciais periféricas e as centrais. A ocorrência de subcentro se faz no sentido de satisfazer as necessidades dos residentes periféricos e diminuir a aglomeração, congestionamentos do centro principal, ocorre atrelado fundamentalmente às características do mercado consumidor da área. Os subcentros que se instalam nas periferias e no interior de conjuntos habitacionais proporcionam uma certa descentralização de estabelecimentos comerciais e de serviços, que deveriam atender às necessidades da população e favorecer uma melhoria na qualidade de vida. Mas será que tais melhorias se concretizam? Essas ocorrem de forma homogênea no interior da cidade?

Há, no entanto, uma descentralização de investimentos, que possuirá diferentes configurações de acordo não com as necessidades da população, mas com os interesses dos agentes econômicos a se instalarem nessas áreas, que estão articulados com o Estado, que lhes propicia vantagens. Vê-se então que os investimentos em infra-estrutura econômica e social são mais elevados na área central, favorecendo uma oposição chocante entre centro e periferia (Santos, 1990).

Não se tem, na maioria dos casos uma reversão dessa situação, a qual seria alterada de acordo com a realidade e necessidades das áreas menos estruturadas, onde o Estado por meio de alianças, já que essas existem, poderia voltar-se para possibilitar uma melhoria na vida dos residentes, mas isso não interessa ao capital, por isso se perpetua a situação real.

As diferentes ações espaciais no interior da cidade são perceptíveis, havendo desigualdade entre os bairros que a constitui, por possuírem atrativos e privilégios⁴. Com relação a essa diferenciação, podemos entender a instalação de subcentros em algumas áreas, de complexidade e eficiência. Nesse sentido, nota-se uma forte presença de elementos definidores determinantes nas áreas que conquistam certos serviços de acordo com o que podem proporcionar. Ou seja, a faixa de renda de determinado bairro favorecerá a instalação de estabelecimentos voltados para essa faixa, sendo que em muitos bairros os moradores não possuem grande poder de compra, o que os distancia dos bens e serviços produzidos coletivamente. Aqui, novamente, destacamos que não há uma clara diferenciação do público e do privado, assim o uso do público, produzido pelo coletivo, muitas vezes se dá por uma pequena parcela, ocorrendo uma certa privatização, pois se torna restrito, do público.

Esse fato é evidenciado por Santos :

" Os bairros cuja população dispõe de uma renda alta são mais bem contemplados com serviços públicos do que aqueles onde a renda é mais baixa." (1990, p.55).

⁴ Entendemos como atrativos, os elementos e bens de consumo positivo, como classifica McKeown (apud SANTOS: 1990:58) sendo que vão gerar a presença de atrativos como equipamentos urbanos.

Assim vê-se que a renda é um dos indicadores de qualidade de vida urbana, pois a população de menor renda se instala cada vez mais longe dos equipamentos e infra-estrutura, sendo prejudicados e fortalecendo sua pobreza, que não é só criada por causas econômicas, mas também por causas geográficas (Santos, 1987). E, além disso, a dominação de um segmento pelo outro cria e recria essas expressões espaciais, marcadas pelas gritantes diferenças, que vão explicar na tão discutida qualidade de vida urbana, que é em muitas cidades “bandeira” de seus administradores para vender a imagem destas, tomando como ilustração as áreas que são mais bem cuidadas, enquanto aquelas menos abastecidas não aparecem na “cena”.

Com relação aos subcentros, esses são atraídos por algumas áreas do espaço urbano e proporcionam diferentes concentrações de atividades e serviços. Não sendo, portanto, homogêneos, por se diferenciarem em termos de localizações (voltados para determinados padrões socioeconômicos) e tipo de atividades (diversificadas ou especializadas).

Conforme Mckeown:

“... muitos bens de consumo são fixos em localizações particulares (por exemplo, casas, escolas, hospitais, teatros, bares, áreas pitorescas etc) e criam um efeito positivo ou negativo - uma externalidade - em torno do ponto onde estão localizadas e em função do fato de serem bens de consumo positivo ou negativo”. (apud Santos, 1990, p. 58).

No bairro Bongiovaní, está instalada uma Universidade Particular (UNOESTE), ou seja, um bem de consumo positivo que atraiu investimentos de atividades comerciais e de serviços no seu entorno, para atender seus alunos, uma clientela bastante “especial” por possuir alto poder aquisitivo. Aliado a esse elemento, o Jardim Bongiovaní é um dos bairros nobres da cidade, no qual reside uma classe de renda elevada.

Esses atrativos favoreceram a instalação e o constante desenvolvimento desse subcentro, que se diferencia dos demais existentes na cidade por sua diversidade funcional, características infra-estruturais e concentração de alta renda. Os comerciantes e empresários locais são motivados a investir nesse bairro, atendendo às necessidades básicas de uma clientela que lhes proporciona retorno.

A presença da universidade favoreceu a concentração de estabelecimentos diversificados no bairro Cidade Universitária, principalmente na Rua José Bongiovaní (que faz parte do Bongiovaní e Cidade Universitária), como papelarias, farmácia, academias, galeria comercial, agência bancária, agência de correios, lojas de roupas, boutiques, casas de carnes, salheria etc, que visam atender às necessidades da sua população composta por estudantes da UNOESTE, moradores do bairro Bongiovaní, Vila Liberdade, Cidade Universitária, além de servir consumidores provenientes dos bairros adjacentes. Esses são motivados pela diversidade, acessibilidade, menor fluxo e uma certa sofisticação que há no subcentro em contraposição aos transtornos encontrados no centro tradicional (grande fluxo de pessoas, popularização, congestionamentos e precariedade de certos estabelecimentos etc).

Diante dessa configuração espacial no Jardim Bongiovaní, percebemos que o espaço é um dos grandes diferenciadores sociais, pois as localizações e edificações têm seus preços baseados na acessibilidade e nas externalidades geradas, que por sua vez vão gerar a especulação imobiliária que se encontra totalmente atrelada à expansão urbana, que por sua vez é resultado não só do crescimento populacional simplesmente, mas ainda das ações e interferências dos agentes produtores desse na sua relação com Estado, que no caso das cidades especificamente, é vislumbrado na pessoa dos administradores públicos, principalmente na do prefeito. Mas como já discutimos anteriormente, se tem dissociado, ou melhor, não se tem claro para a sociedade em geral, a apreensão do Estado, num sentido mais amplo, pois à medida que teoricamente se fragmenta (o poder e as representações) se torna mais confuso e mais abstrato. Apesar do Estado

se manifestar nas contradições, o seu entendimento, questionamento e indignação. Isso é fundamental para a permanência e supremacia do sistema.

Como ressalta Santos:

"O espaço é... instrumental à produção de pobres e de privilégios. O argumento a mais para considerarmos o espaço geográfico não é o espaço como um dado reflexo, mas como um fator ativo, uma condição da sociedade como a economia, a cultura e as instituições". (1990, p. 10)

Assim, é preciso entender que o ambiente urbano e o espaço produzido são resultado das inter-relações entre meio físico e sociedade, que vão proporcionar grandes diferenças na qualidade de vida, gerando diferentes segmentações socioespaciais. Segundo o:

"... rápido crescimento das cidades tem provocado grandes desigualdades sociais, econômicas, culturais e ambientais. Conseqüentemente, provocam a queda de qualidade de vida da população". (1996, p.06).

É importante ressaltar que a queda na qualidade de vida não se justifica apenas pela crise econômica que o país enfrenta, mas está eminentemente relacionada com algumas decisões políticas. Essa problemática da diferenciação da qualidade de vida no espaço encontra-se em muitas cidades, inclusive em Presidente Prudente.

O subcentro do Jardim Bongiovani que, se localiza na porção sudoeste, tomando como referência a catedral da cidade, é um dos exemplos de bairros privilegiados. Ou seja, esse subcentro encontra-se tão distante do centro tradicional, em relação aos demais subcentros, mas possui uma diversidade e complexidade funcional maior que os outros. Esse fato se justifica pela presença dos elementos já enumerados, o que fortalece e proporciona constantes investimentos contribuindo para uma auto-suficiência e até independência em relação ao centro tradicional.

Há no seu interior uma reprodução das características centrais, o que valoriza a área, sendo que o valor imobiliário tem grande influência na seleção de seus moradores. Percebem-se um grande número de repúblicas, formados por estudantes da UNOESTE, pensionatos, mansões e residências sofisticadas que de certa forma caracterizam e qualificam o bairro, que possui uma grande densidade populacional.

A densidade populacional é um indicativo interessante por favorecer a compreensão da territorialização e concentração das pessoas no bairro, haja vista que nesse há uma grande porcentagem de residências em contraposição ao reordenamento do centro principal, onde esse indicativo é menos significativo. Portanto o subcentro em destaque, como enfatiza Müller (1996) em relação às funções do centro, se enquadra no que ela classifica como zona de transição, onde predominam residências, mas com características típicas do centro.

O arranjo espacial que se constitui no bairro, resultado das inter-relações entre os seus "componentes" valor imobiliário, área construída, renda salarial, densidade populacional, complexidade e sofisticação funcional das atividades comerciais e de serviços, equipamentos urbanos (arborização, iluminação pública, tamanho e padrão de construção de casas, tamanho de casas e terrenos, coleta de lixo, segurança, transporte coletivo, praças etc), nos fornece uma configuração espacial e especial em relação a outros subcentros.

Dependendo do fator considerado teremos diferentes delimitações por conta da extensão da área e das relações geradas no seu interior. Assim, teremos delimitações político-administrativa, delimitação com base na abrangência do subcentro, uma delimitação baseada na especialização do comércio e serviços, delimitação baseada na acessibilidade, que favorecerá fluxos e mobilidades.

se manifestar nas contradições, o seu entendimento, questionamento e indignação. Isso é fundamental para a permanência e supremacia do sistema.

Como ressalta Santos:

"O espaço é... instrumental à produção de pobres e de privilégios. O argumento a mais para considerarmos o espaço geográfico não é o espaço como um dado reflexo, mas como um fator ativo, uma condição da sociedade como a economia, a cultura e as instituições". (1990, p. 10)

Assim, é preciso entender que o ambiente urbano e o espaço produzido são resultado das inter-relações entre meio físico e sociedade, que vão proporcionar grandes diferenças na qualidade de vida, gerando diferentes segmentações socioespaciais. Segundo o:

"... rápido crescimento das cidades tem provocado grandes desigualdades sociais, econômicas, culturais e ambientais. Conseqüentemente, provocam a queda de qualidade de vida da população". (1996, p.06).

É importante ressaltar que a queda na qualidade de vida não se justifica apenas pela crise econômica que o país enfrenta, mas está eminentemente relacionada com algumas decisões políticas. Essa problemática da diferenciação da qualidade de vida no espaço urbano encontra-se em muitas cidades, inclusive em Presidente Prudente.

O subcentro do Jardim Bongiovani que, se localiza na porção sudoeste, tomando como referência a catedral da cidade, é um dos exemplos de bairros privilegiados. Ou seja, esse subcentro encontra-se tão distante do centro tradicional, em relação aos demais subcentros, mas possui uma diversidade e complexidade funcional maior que os outros. Esse fato se justifica pela presença dos elementos já enumerados, o que fortalece e proporciona constantes investimentos contribuindo para uma auto-suficiência e até independência em relação ao centro tradicional.

Há no seu interior uma reprodução das características centrais, o que valoriza a área, sendo que o valor imobiliário tem grande influência na seleção de seus moradores. Percebem-se um grande número de repúblicas, formados por estudantes da UNOESTE, pensionatos, mansões e residências sofisticadas que de certa forma caracterizam e qualificam o bairro, que possui uma grande densidade populacional.

A densidade populacional é um indicativo interessante por favorecer a compreensão da territorialização e concentração das pessoas no bairro, haja vista que nesse há uma grande porcentagem de residências em contraposição ao reordenamento do centro principal, onde esse indicativo é menos significativo. Portanto o subcentro em destaque, como enfatiza Müller (1996) em relação às funções do centro, se enquadra no que ela classifica como zona de transição, onde predominam residências, mas com características típicas do centro.

O arranjo espacial que se constitui no bairro, resultado das inter-relações entre os seus "componentes" valor imobiliário, área construída, renda salarial, densidade populacional, complexidade e sofisticação funcional das atividades comerciais e de serviços, equipamentos urbanos (arborização, iluminação pública, tamanho e padrão de construção de casas, tamanho de casas e terrenos, coleta de lixo, segurança, transporte coletivo, praças etc), nos fornece uma configuração espacial e especial em relação a outros subcentros.

Dependendo do fator considerado teremos diferentes delimitações por conta da extensão da área e das relações geradas no seu interior. Assim, teremos delimitações político-administrativa, delimitação com base na abrangência do subcentro, uma delimitação baseada na especialização do comércio e serviços, delimitação baseada na acessibilidade, que favorecerá fluxos e mobilidades.

se manifestar nas contradições, o seu entendimento, questionamento e indignação. Isso é fundamental para a permanência e supremacia do sistema.

Como ressalta Santos:

"O espaço é... instrumental à produção de pobres e de privilégios. O argumento a mais para considerarmos o espaço geográfico não é o espaço como um dado reflexo, mas como um fator ativo, uma condição da sociedade como a economia, a cultura e as instituições". (1990, p. 10)

Assim, é preciso entender que o ambiente urbano e o espaço produzido são resultado das inter-relações entre meio físico e sociedade, que vão proporcionar grandes diferenças na qualidade de vida, gerando diferentes segmentações socioespaciais. Segundo o:

"... rápido crescimento das cidades tem provocado grandes desigualdades sociais, econômicas, culturais e ambientais. Conseqüentemente, provocam a queda de qualidade de vida da população". (1996, p.06).

É importante ressaltar que a queda na qualidade de vida não se justifica apenas pela crise econômica que o país enfrenta, mas está eminentemente relacionada com algumas decisões políticas. Essa problemática da diferenciação da qualidade de vida no espaço encontra-se em muitas cidades, inclusive em Presidente Prudente.

O subcentro do Jardim Bongiovani que, se localiza na porção sudoeste, tomando como referência a catedral da cidade, é um dos exemplos de bairros privilegiados. Ou seja, esse subcentro encontra-se tão distante do centro tradicional, em relação aos demais subcentros, mas possui uma diversidade e complexidade funcional maior que os outros. Esse fato se justifica pela presença dos elementos já enumerados, o que fortalece e proporciona constantes investimentos contribuindo para uma auto-suficiência e até independência em relação ao centro tradicional.

Há no seu interior uma reprodução das características centrais, o que valoriza a área, sendo que o valor imobiliário tem grande influência na seleção de seus moradores. Percebem-se um grande número de repúblicas, formados por estudantes da UNOESTE, pensionatos, mansões e residências sofisticadas que de certa forma caracterizam e qualificam o bairro, que possui uma grande densidade populacional.

A densidade populacional é um indicativo interessante por favorecer a compreensão da territorialização e concentração das pessoas no bairro, haja vista que nesse há uma grande porcentagem de residências em contraposição ao reordenamento do centro principal, onde esse indicativo é menos significativo. Portanto o subcentro em destaque, como enfatiza Müller (1996) em relação às funções do centro, se enquadra no que ela classifica como zona de transição, onde predominam residências, mas com características típicas do centro.

O arranjo espacial que se constitui no bairro, resultado das inter-relações entre os seus "componentes" valor imobiliário, área construída, renda salarial, densidade populacional, complexidade e sofisticação funcional das atividades comerciais e de serviços, equipamentos urbanos (arborização, iluminação pública, tamanho e padrão de construção de casas, tamanho de casas e terrenos, coleta de lixo, segurança, transporte coletivo, praças etc), nos fornece uma configuração espacial e especial em relação a outros subcentros.

Dependendo do fator considerado teremos diferentes delimitações por conta da extensão da área e das relações geradas no seu interior. Assim, teremos delimitações político-administrativa, delimitação com base na abrangência do subcentro, uma delimitação baseada na especialização do comércio e serviços, delimitação baseada na acessibilidade, que favorecerá fluxos e mobilidades.

uma redução ao técnico. Essa racionalidade com relação à qualidade de vida não é conjuntural e como ressalta Damiani:

"... ela faz parte da própria crise do urbano; da generalização da racionalidade da empresa a outros momentos da vida social; dos desenvolvimentos da tecnocracia; do fortalecimento e da centralização do poder; da expansão do modo de produção capitalista e da sua racionalização material, constituindo novos setores de produção, e, portanto de exploração e de dominação, entre eles a urbanização da redução social ao estritamente econômico ou estritamente político". (1992, p. 127).

Essa leitura está atrelada aos termos como a cidade se expande, aos interesses que permeiam e à configuração que se estabelece, sendo que essa dinâmica e suas consequências, relações e espacializações fazem parte da lógica de produção e reprodução do espaço, de acordo com os interesses do sistema reprodutivo da nossa sociedade. Sendo o espaço um instrumento de produção e reprodução do sistema capitalista, que favorece a segmentação socioespacial no interior da cidade, gerando e criando áreas melhor servidas com infra-estrutura e contraposição às áreas precárias, que acabam por implicar na qualidade de vida da população.

4 A UTILIZAÇÃO NÃO PLANEJADA DO ESPAÇO URBANO

Com o crescimento acelerado das cidades, gerado pelo processo de urbanização, houve em muitas aglomerações uma ocupação humana sem uma preocupação com o meio utilizado. A intensidade desse movimento favoreceu arranjos territoriais dos mais variados, não havendo muitos o equilíbrio entre função desenvolvida e as características das áreas, de acordo com a capacidade e condições.

Com esse desarranjo, que de certa forma interfere na qualidade de vida da população, tem-se uma tentativa de ordenamento dos espaços urbanos. Desta forma pretende-se o controle do uso do solo urbano, como é parte da lógica dominante na legislação urbanística. Foi assim que, por meio do controle de usos, as administrações públicas introduziram as regras de zoneamento, para ordenar e direcionar o crescimento da cidade, para diminuir os efeitos negativos da ocupação humana.

Para isso teria que haver uma comunicação entre Estado e comunidade de modo a favorecer o conhecimento do espaço interno, as condições das áreas para propiciar o estabelecimento de condições mínimas para cada área.

A lei de zoneamento abrange o conjunto da cidade, dividindo-a em zonas, prevalecendo o conceito de função como elemento organizador do espaço urbano. Desta forma, as áreas são diferenciadas pela predominância de alguns usos de acordo com as possibilidades dos lotes, o que de certa forma supervaloriza alguns setores da cidade para a instalação de determinadas atividades, além de promover a dependência entre zonas.

As leis visam a definição dos espaços urbanos para as diferentes atividades econômicas e sociais, considerando as características do meio ambiente, no intuito de preservá-lo e conservá-lo. Assim, ter-se-ia o controle do crescimento urbano e da densidade demográfica, por meio de padrões de ocupação para as áreas, estimulando e gerenciando a localização e dimensionamento dos usos e atividades urbanas.

Para uma articulação entre as áreas seria necessário um eficiente sistema de transporte, pois esse se constitui como elemento estruturador para o ordenamento territorial, de modo a atender a totalidade, promovendo a acessibilidade para o conjunto das áreas.

O controle de uso e ocupação do solo é um dos instrumentos para direcionar o crescimento das cidades, mas deve estar intimamente relacionado às políticas habitacionais.

para adquirirem esses serviços que estão fortemente concentrados. Há, também, a ocorrência de vias especializadas funcionalmente como Av: Washington Luiz, com ramos de saúde e comércio. No Brasil com o ramo de autopeças.

Vê-se que há uma diferencialidade no interior desse tecido urbano, fato que ocorre também em outras cidades de médio e até grande porte, cada uma claro terá seu modelo de acordo com as características locais, que estão intimamente relacionadas com o processo geral de reestruturação da cidade.

5 AS INTERFERÊNCIAS E INFLUÊNCIAS NA ESTRUTURAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: CONSOLIDAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

Não há por parte da maioria da população, o conhecimento das condições e instrumentos (legislação urbana, plano diretor, legislação ambiental, etc) de governo, que pouco ou quase nada faz para tentar reverter esse quadro de diferenças socioespaciais existentes principalmente no espaço urbano, seja no tocante à habitação ou com relação às infra-estruturas necessárias para a manutenção das condições de vida dos residentes na cidade. Esses não possuem os mesmos direitos e nem recebem as mesmas atenções por parte dos administradores, havendo as mais diferentes formas de habitação e de estruturas necessárias a sua manutenção. Segundo Santos, há grandes variações entre os bairros, no que diz respeito aos serviços públicos influenciados pela renda de sua população e determinada pela:

"... decisão política de satisfazer certas camadas da população em detrimento de outras, mesmo quando estão em jogo os serviços essenciais" (1990, p. 58).

A estruturação e apropriação do espaço urbano estão diretamente relacionadas com a articulação existente entre os agentes produtores desse espaço, como empreendedores, construtores, agentes imobiliários e o Estado. A partir dessas relações e interesses há melhorias e surgimentos de novas áreas no espaço urbano.

A especulação imobiliária é uma das características dessas ações que visa a valorização de determinadas áreas, através de benefícios concedidos pelo governo da cidade. Têm-se grandes vazios urbanos que assim permanecem até que o crescimento da cidade os alcance e haja por parte do Estado investimentos necessários, beneficiando com melhorias urbanas sem que os proprietários precisem investir. Dessa forma, os proprietários podem construir suas edificações para que seu terreno seja ainda mais valorizado.

Nas administrações da cidade, o dinheiro público é bastante escasso e disputado entre vários grupos e classes sociais. Com relação a essa grande problemática Campos (1992), salienta que aqueles que têm acesso às decisões são geralmente os de nível de renda mais alto, obtendo a urbanização básica para seus bairros de moradias e de negócios, conseguindo até mesmo a melhoria da estrutura já existente. Isso faz com que pouco dinheiro seja utilizado em outros bairros, que são geralmente os que possuem infra-estrutura, enquanto que os bairros que realmente necessitam não são atendidos. Há uma realização de favores atrelada a uma distribuição de dinheiro público.

Com relação aos interesses que mediam as ações do Estado, Martins (1994), ressalta um ponto importante quando diz que não há por parte do povo uma distinção clara a respeito dos direitos do cidadão, sendo que sempre houve concessões de acordo com os interesses de quem estava no poder e não de acordo com as necessidades do povo. Essa realidade sempre existiu, desde o Império até os dias atuais, constituindo-se como retribuições em favor de serviços prestados, o que caracteriza o clientelismo, que apesar de ser uma forma bastante antiga, se faz

mente em muitas situações e locais. Como a política do favor se manifesta constantemente, há uma clara diferenciação entre público e privado, o que favorece a apropriação individual dos bens produzidos coletivamente. Nesse sentido, podemos perceber por meio da especialização e espacialização de equipamentos urbanos no interior da cidade, as diferenças entre as áreas, bem como as concentrações e ausências desses bens de forma desigual.

O clientelismo, portanto, é uma forma de cooptação política que faz com que haja relações entre os políticos e vários segmentos da sociedade em troca de obtenção de favores dos diversos, entre eles, promessas de melhorias em determinados bairros, em troca de favores pessoais.

Aliado à troca de favores, tem-se algumas ações do Estado que se realizam no sentido de concretizar planos e propostas, mas que não correspondem às necessidades atendidas. No caso do Conjunto Ana Jacinta podemos tecer algumas considerações, ou seja, o Conjunto Habitacional, dentre outros anteriormente instalados, implantou-se com o intuito de diminuir o déficit habitacional na cidade de Presidente Prudente, sendo inaugurado em 1992, em uma área de proteção. A preocupação do governo em melhorar o déficit habitacional, não leva em conta a capacidade que o meio oferece e quais as consequências para a população que vai residir nessas áreas.

As condições estruturais das áreas e segmentos de menor poder aquisitivo, o Estado parece favorecer a inserção socioespacial dos programas habitacionais instalados, ao permitir o acesso às moradias. No entanto, como esses equipamentos urbanos e serviços urbanos, o que se revela é a ação de um Estado pouco comprometido com a inserção socioespacial desses segmentos ou com o seu pleno "direito à cidade".

O direito às condições estruturais não é concedido de maneira homogênea a todas as áreas e segmentos existentes no interior das cidades, pelo que já vem sendo exposto anteriormente, ocorrendo uma apropriação desigual do espaço. As desigualdades espaciais seriam que ser melhores trabalhadas pelo poder público de modo a favorecer condições e instalação de equipamentos urbanos e serviços pelos agentes econômicos, para uma melhoria na qualidade de vida da população, principalmente nas áreas que se distanciam dos serviços necessários à vida, que se encontram concentrados na área central.

Tem-se uma sociedade totalmente desigual, um instrumento de ação e interferência que age conforme os interesses de alguns grupos, resultando nas diferenciações sociais e espaciais que se agravam cada vez mais. É possível reverter esse quadro? Segundo Vetter e Massena (1981), há maneiras de aumentar a equidade dos investimentos em infra-estrutura, mas a possibilidade de implementá-las reduziria a apropriação desses benefícios pelos grupos com altos rendimentos, os quais aumentariam sua pressão. Esses, diante de tal fato, dizem que não se pode esperar que a política de investimentos públicos seja mais equitativa do que a sociedade que a desenvolveu. Será preciso não só a formulação de políticas públicas, mas também uma participação da população nessas, bem como o conhecimento desse instrumento para que o seu cumprimento se efetive. As políticas públicas para áreas urbanas muitas vezes se encontram distantes da realidade, não amenizando assim as diferenças presentes no espaço urbano.

Com relação às formas de como a cidade se expande, aos interesses que a permeiam e à estruturação que se estabelece, vê-se que essa dinâmica e suas conseqüentes relações e espacializações fazem parte da lógica de produção e reprodução do espaço, de acordo com os interesses do sistema produtivo da nossa sociedade. O espaço é um instrumental à produção e reprodução desse sistema, que favorece a segmentação socioespacial no interior da cidade, gerando e recriando áreas melhor servidas com infra-estrutura em contraposição às áreas precárias, que acabam por implicar na qualidade de vida da população. O Estado, na esfera municipal, poderá agir de acordo com as reais necessidades e desigualdades presentes no interior da cidade, podendo amenizá-las, preocupando-se com a equidade territorial na busca de um equilíbrio ou pode, também, atender somente aos interesses de alguns grupos, voltando-se para algumas áreas em detrimento das outras, fortalecendo as desigualdades já existentes. Essa ação é

a que predomina nas cidades brasileiras. Serão essas diferenças amenizadas em âmbito nacional diante da configuração existente entre ação do Estado, grupos de poder e camadas populares?

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Diante das idéias apontadas e na tentativa de iniciar uma discussão a cerca do Estado e sua interferência no espaço urbano é que desenvolvemos essas linhas, que serão retomadas e aprofundadas continuamente.

Para fecharmos o texto e não as idéias, que isso se ressalte, gostaríamos de deixar claro o necessário e tão importante entendimento que deve haver com relação ao Estado e todas as suas facções, já que assim nos é apresentado, para podermos diante dessa apreensão, nos colocarmos frente à tentativa de "costurá-lo", e aqui novamente saliento, por ele assim ser apresentado, que possamos tomar conhecimento do seu todo. A sua complexidade e a sua simples apreensão por parte de muitos se faz pela contradição inerente ao sistema, que se interessa pela sua manutenção, de acordo com os seus interesses. Ou seja, ele surge para a contraposição de classes, e mesmo estando inerente às duas, ele se sobressai para se unir àquela que acaba por reger a sociedade.

Aliado a essas diferentes relações entre Estado, sociedade civil e capital, temos expressas na paisagem urbana as diferenças sociais e espaciais que resultam em diversos mosaicos. Esses serão, em maior ou menor grau, de acordo com as suas potencialidades atrativos, servidos de equipamentos e serviços urbanos, tendo grande interferência na vida da população das diferentes áreas.

A busca da eqüidade territorial se dará de acordo com os interesses do Estado em amenizar os problemas socioespaciais, para que haja um possível equilíbrio de acordo com as reais necessidades de cada área. A aliança entre Estado, poder privado e demais agentes que interferem na produção e apropriação do espaço urbano, precisam existir, não no sentido de favorecer o segmento com alto poder aquisitivo, mas no sentido de estimular investimentos em diferentes áreas. Isso seria o ideal, apesar de sabermos que não há uma apropriação coletiva dos bens públicos e sim uma privatização do público em prol de uma minoria. Serão essas desigualdades, senão erradicadas, ao menos amenizadas?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOBBIO, N. **O conceito de sociedade civil**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- CAMPOS F., C. M. **Cidades Brasileiras: seu controle ou caos**. O que os cidadãos precisam fazer para a humanização das cidades. São Paulo, Nobel, 1992.
- CASTELLS, Manuel. A intervenção administrativa nos grandes centros urbanos. **Espaço e Debates**. São Paulo, NERU, Cortez, v.6, p.64-75, 1982.
- DAMIANI, Amélia Luisa. Qualidade de vida urbana: repensando a cidade? In: **Revista do Departamento de Geografia**, n. 6, 1997, p. 127.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
- LEAL, Antônio César; SILVA, E. A. **Cidadania e Qualidade de vida**. Campinas, 1994 (mimeogr.).
- LÊNIN, V.I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo, Hucitec, 1983.
- MACENA, Carlos Alberto Cosmos de. **O Conjunto Habitacional Ana Jacinta (Presidente Prudente, SP) e o meio ambiente**. (Monografia de Bacharelado), 1997.

- MARTINS, J. S. **O poder do atraso**. São Paulo, Hucitec, 1994.
- MULLER, Nice L. "A área central da cidade". In: AZEVEDO, A. de **A cidade de São Paulo - Estudos de Geografia Urbana**. São Paulo, Nacional, 1958, p.121-181.
- PEREIRA, Sílvia Regina. **Análise do sub-centro comercial e de serviços do Jardim Bongiovani - Presidente Prudente-SP**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, Monografia de Bacharelado, 1998.
- SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. **A urbanização desigual**. Petrópolis, Vozes, 1980.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo, Nobel, 1987.
- SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa e fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo, Nobel, 1990.
- SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo, Hucitec, 1981.
- SILVA, A. A. e MELÃO, C. M. G. O direito à qualidade de vida na cidade. IN: GRIMBERG, E. (org.) **Ambiente Urbano e Qualidade de Vida**. São Paulo, POLIS, 1991.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Multi(poli)centralidade urbana em Bauru, São José do Rio Preto e Presidente Prudente**. Projeto de Pesquisa Integrada. Presidente Prudente, 1996.
- WETTER, D. M. ; MASSENA, R. M. R. Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado em infra-estrutura urbana? In: **Debates Urbanos: Solo Urbano, tópicos sobre uso da terra**. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1981, v.1, p.49-78.
- VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 1998.